

PROCESSO TCE N° **14.886.2011-10-TCE**  
INTERESSADO: José Elson Santiago de Melo  
UNID. GESTORA: Assembleia Legislativa do Estado do Acre  
NATUREZA: **Prestação de Contas**  
ASSUNTO: Prestação de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, exercício de 2010.  
RESPONSÁVEL: **EDVALDO SOARES MAGALHÃES – Presidente à época**  
PROCURADOR: -  
RELATOR **CONS. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

## ACÓRDÃO Nº 11.016/2018

### PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. **Assembleia Legislativa do Estado do Acre. Por unanimidade. Pela irregularidade. Por maioria**, nos termos do voto do Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**, com o voto de **desempate** do Conselheiro Presidente, **Valmir Gomes Ribeiro**, quanto, às verbas extraordinárias, tendo em vista que estas já foram extintas e a Corte, já **decidiu** a respeito no **Acórdão-TCE nº 10.435/2017/Plenário**, relativo às contas de 2011, como período de ajuste, **orientando sua extinção a qual veio ocorrer naquele ano. Pela Condenação** do Senhor **JOZINEY ALVES AMORIM** ao pagamento de **Multa Sanção. Pelo encaminhamento** de cópia do apurado ao Ministério Público do Estado do Acre. **Vencido o Conselheiro Relator** quanto a condenação do gestor Senhor Edvaldo Soares Magalhães a devolver a quantia de **R\$ 6.719.975,36. Vencidos ainda**, o Conselheiro-Relator e a Conselheira **Dulcinéa Benício de Araújo**, quanto a condenação do Senhor **EDVALDO SOARES MAGALHÃES - Presidente** da ALEAC à época, **ao ressarcimento da quantia de R\$ 2.000,00** (dois mil reais), paga a título de **Suprimento de Fundos Arquivamento** do Processo.

**Vistos, relatados e discutidos** os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do **voto** do Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria: 1) Considerar IRRREGULARES** as Contas de Gestão da

**Assembleia Legislativa do Estado do Acre**, exercício orçamentário e financeiro de 2010, de responsabilidade do Senhor **EDVALDO SOAES MAGALHÃES** – Presidente à época, com fundamento no **art. 51, inciso III, alíneas “b”, e “c”, da Lei Complementar Estadual nº 38/93**, em face de grave infração à norma legal de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, e ainda, de injustificado dano ao erário, decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico.

**2) Decidiu-se ainda**, por **maioria**, nos termos do voto do Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**, com o voto de **desempate** do Conselheiro Presidente, **Valmir Gomes Ribeiro**, tendo em vista que esta Corte de Contas, **já decidiu** quanto a necessidade de regularização da formalidade dos procedimentos que foram aplicados na atividade parlamentar, e que sem as devidas regulamentações o Poder Legislativo Estadual sistematizou o Assento com a publicação da Lei Complementar nº 352 de 24 de outubro de 2018, publicada no D.O.E. nº 12.423 datado de 05 de novembro de 2018 e da Resolução nº 132 de 14 de novembro de 2018, **onde as despesas parlamentares** são executadas pela Mesa Diretora e afirmou que *“os pagamentos de que trata este artigo serão divulgados, com os respectivos comprovantes de realização da despesa, por meio do site oficial do órgão ou entidade na rede mundial de computadores”*. **Quanto, porém**, às verbas extraordinárias, estas, já foram extintas e esta Corte de Contas já **decidiu** a respeito no **Acórdão-TCE nº 10.435/2017/Plenário**, relativo às contas de 2011, como período de ajuste, **orientando sua extinção a qual veio ocorrer naquele ano**. Após esta data, a despesa de pessoal também voltou ao limite legal. **3) Pela Condenação** do Senhor **JOZINEY ALVES AMORIM** ao pagamento de **Multa Sanção** no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta

reais), em razão do não atendimento de diligência expedida pela Presidência desta Corte de Contas, consoante a previsão inserta no art. 89, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 38/93. **4) Pelo encaminhamento** de cópia do apurado ao Ministério Público do Estado do Acre, para conhecimento e adoção das providências que entender adotar, **quanto:** **a) Divergência de R\$ 810.695,00** entre o valor contratado (**R\$ 5.475.000,00**) e o montante efetivamente pago de (R\$ 6.285.695,00), no exercício a título de despesas com “passagens e despesas com locomoção” (**item 4.1 – fl. 268**); **b) Ausência** de comprovação da destinação e da finalidade pública das despesas contabilizadas como “indenizações e Restituições”, no montante de **R\$ 6.719.975,36” (item 4.3 – fl. 268); c) ausência** da Prestação de Contas dos valores pagos a título de **verbas de caráter indenizatório (item 4.4 – fl. 268); d) Ausência** de prestação de contas de “suprimento de fundos”, no valor de **R\$ 2.000,00 (item 4.5 – fl. 268); e) Fracionamento** de despesas na contratação de serviços gráficos e fornecimento de combustíveis, em violação ao disposto no art. 23 § 5º, da Lei Federal nº 8.666/1993 (**item 4.6 – fl. 268**). **5) Pela notificação** da origem a fim de que, em prazo de 180 (cento e oitenta) dias, proceda a adoção de mecanismos que garantam a legalidade, economicidade e controle na concessão das “**cotas de transporte**” a serem utilizadas pelos Parlamentares, de tudo dando ciência a este Tribunal, sob pena de responsabilidade (art. 89, inciso IV, da LCE nº 38/93). **6) Vencido o Conselheiro Relator** quanto a condenação do gestor Senhor Edvaldo Soares Magalhães – Presidente à época, a devolver a quantia de R\$ 6.719.975,36 (seis milhões, setecentos e dezenove mil, novecentos e setenta e cinco reais e trinta e seis centavos), que foram apropriados no

elemento de despesa **33.90.93** – Indenizações e Restituições, cujas prestações de contas não foram encaminhadas a este Tribunal (art. 60, parágrafo único, da Constituição Estadual), nos termos do disposto no caput do art. 54 e 88, da LCE nº 38/93. **7) Vencidos ainda**, o Conselheiro-Relator e a Conselheira **Dulcinéa Benício de Araújo**, quanto a condenação do Senhor **EDVALDO SOARES MAGALHÃES** - Presidente da ALEAC à época, **ao ressarcimento da quantia de R\$ 2.000,00** (dois mil reais), paga a título de **Suprimento de Fundos**, sem a respectiva prestação de contas (*considerando que o documento apresentado para comprovar a devolução do valor possui destinatário divergente do concedente originário (ALEAC) e ainda a independência dos sistemas contábeis utilizados, cuja compensação não restou demonstrada*) nos termos do disposto no caput, do artigo 54 e 88, da LCE nº 38/1993. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** do feito.

Rio Branco – Acre, 06 de dezembro de 2018.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**  
Presidente do TCE/AC

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**  
Relator

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**  
Voto Vencedor em parte

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Fui presente:

**SÉRGIO CUNHA MENDONÇA**  
**Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC**